

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.042 - MG (2019/0353826-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : J A DA S N (PRESO)**  
**ADVOGADO : JOSÉ MARTINS E OUTRO(S) - MG053619**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **J. A. DA S. N.**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta Corte, alega o recorrente ausência de fundamento válido para a prisão cautelar.

Afirma que "a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal jamais foram ameaçadas pelo Recorrente, sendo que, pelos próprios predicados pessoais do mesmo, é medida de extrema justiça se inferir que nenhum dos requisitos para a custódia preventiva constante do Art. 312 do CPP restam atendidos".

Destaca, por fim, que é primário, tem bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não comporta provimento.

O juiz sentenciante decretou a prisão cautelar sob os seguintes fundamentos:

"Ainda quanto ao investigado J A da S N, também entendo haver indícios suficientes de autoria delitiva em seu favor, pois existem mensagens trocadas entre ele o acusado Valdinei, sendo que o contexto da conversa e o pagamento por drogas adquiridas. A prisão no caso do referido investigado se faz necessária para garantia da ordem pública, uma vez que além de já ter sido preso acusado de tráfico de drogas, o volume das dividas noticiadas nas mensagens indica que a possível movimentação de drogas realizadas pelo acusado era muito grande, demonstrando o perigo concreto de sua liberdade."

No acórdão recorrido consta:

"Por fim, verifica-se haver sido o paciente condenado em Primeira Instância à reprimenda de 08 anos de reclusão em virtude da prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico (sentença em documento de ordem 07)."

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão

preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade do fato e a reiterada conduta delitiva do agente.

Segundo consta das investigações que subsidiam a acusação, o recorrente possui expressiva dívida relacionada ao tráfico de drogas, a indicar um relevante volume nas movimentações de drogas por ele realizadas. Ademais, conforme ressaltado, ele já possui condenação pelos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Dessarte, segundo jurisprudência desta Corte, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.*

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator